



Tribunal de Contas

Gabinete do Presidente

Av. Barbosa du Bocage, 61
1069-045 LISBOA

E-mail: gp@tcontas.pt
URL: <http://www.tcontas.pt>

Tel.: 21 794 51 01/2

Fax: 21 797 09 84

V Jornadas EUROSAI/OLACEFS

LISBOA 2007

SESSÃO DE ABERTURA

**DISCURSO PROFERIDO POR SUA EXCELÊNCIA O
CONSELHEIRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS,
DR. GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS**

Lisboa, Ministério das Finanças, Salão Nobre, 10 de Maio de 2007



Tribunal de Contas

Gabinete do Presidente

Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República de Portugal,
Dr. Jaime José Matos da Gama

S. Ex^a o Ministro das Finanças, Prof. Doutor Fernando Teixeira dos
Santos

Exmo. Senhor Presidente da INTOSAI, Prof. Árpád Kovács

Exmos. Senhores Presidente da EUROSAI e Presidente da OLACEFS,
Prof. Dr. Dieter Engels e Dr. Rafael Hernán Contreras Rodríguez

Exmo. Senhor Secretário-Geral da EUROSAI, D. Ubaldo Nieto de Alba,
neste momento representado pelo Senhor Vice-Presidente D. Manuel
Nuñez Perez

Exmo. Senhor Representante da Secretaria Executiva da OLACEFS,
Dr. Francisco Rodriguez

Exmo. Senhor Presidente do Conselho Directivo das Instituições
Superiores de Controlo da CPLP, Conselheiro Presidente do Tribunal
de Contas da Guiné-Bissau, Dr. Certório Biote

Estimados Colegas,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,



Tribunal de Contas

Gabinete do Presidente

É com grande prazer, como Presidente do Tribunal de Contas de Portugal, que declaro abertas as V Jornadas EUROSAI/OLACEFS.

Tenho a maior honra em vos receber em Lisboa, cidade mágica que esteve na origem e no centro do diálogo histórico entre a Europa e a América Latina. E reafirmo o agrado que tenho em receber os representantes das Instituições Superiores de Controlo nesta sala que foi, até 1989, a sala de sessões do Tribunal de Contas – como o atesta a decoração toda alusiva à nossa instituição, cuja história está documentada na exposição que ontem inaugurámos.

Começo por salientar a importância da realização destas Jornadas que, congregando todas as Instituições Superiores de Controlo da EUROSAI e da OLACEFS, representam uma ocasião privilegiada de partilha de pontos de vista e de experiências.

O tema que nos congrega — Sustentabilidade Financeira, Apresentação de Contas e Responsabilidade — e os sub-temas que



Tribunal de Contas

Gabinete do Presidente

nos propomos debater têm uma actualidade evidente, constituindo um desafio que a maioria dos Estados enfrenta: a necessidade de adoptar políticas públicas sustentáveis, traduzidas na conciliação entre a promoção do bem-estar social e a indispensável contenção da despesa pública. Trata-se, no fundo, de reflectir sobre o modo como as Instituições Superiores de Controlo poderão contribuir de facto para o reforço da disciplina financeira, da prestação de contas, da responsabilidade e da equidade intergeracional.

A preocupação central nesta matéria é a de assegurar a continuidade de um adequado nível de prestação de bens e serviços públicos, quer em quantidade quer em qualidade, para a satisfação de necessidades comuns, garantindo em simultâneo o financiamento sustentável dos sistemas, sem onerar as gerações futuras e sem comprometer um adequado funcionamento das economias e de satisfação de necessidades.

Para os países pertencentes à União Económica e Monetária (UEM), como é o caso de Portugal, este imperativo está no centro das preocupações nacionais. Os objectivos de equilíbrio das finanças



Tribunal de Contas

Gabinete do Presidente

públicas, essenciais à estabilidade para o desenvolvimento adequado da moeda única, implicam a exigência de coordenação das políticas nacionais em matéria de orientações económicas e de equilíbrio orçamental, bem como acções de fiscalização multilateral e de controlo de défices excessivos. Daqui resulta a necessidade de adoptar medidas de forte disciplina orçamental, orientadas para o combate dos défices, que envolvem a adopção de reformas de fundo nas Administrações e nos serviços públicos, em particular nos sectores sociais, com uma especial preocupação de redução da despesa corrente. Estas medidas são simultaneamente necessidades próprias dos Estados e vinculações externas resultantes da adopção do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Por outro lado, os objectivos de redução da dívida pública, sendo um elemento da estabilidade económica e financeira, impõem-se ainda como forma de prevenir um esforço fiscal injusto imposto às futuras gerações. A equidade intergeracional é uma preocupação acrescida nos países europeus, dada a reduzida taxa de natalidade, o aumento da esperança de vida e uma tendência geral para o decréscimo da população activa e para o seu envelhecimento.



Tribunal de Contas

Gabinete do Presidente

Mas a sustentabilidade das políticas públicas é também uma preocupação universal, nomeadamente por força da globalização e da competição entre Estados. A OCDE recomenda, por isso, a avaliação da sustentabilidade das políticas orçamentais em todos os países industrializados e o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial introduzem esse compromisso nos países em vias de desenvolvimento.

Neste contexto, importa equacionar o papel das Instituições Superiores de Controlo, como órgãos do Estado que promovem a cidadania financeira, ajudando os cidadãos a conhecerem melhor o destino das verbas provenientes dos impostos que pagam.

As Instituições Superiores de Controlo e os Tribunais de Contas assumiram nos últimos anos uma função de maior importância no âmbito dos Estados de direito. A independência e as garantias de isenção e de exigência e rigor tornaram-se pedras angulares de sistemas que visam: perseguir o dinheiro público; fazer da prestação de contas uma regra essencial; tornar a responsabilidade financeira um



Tribunal de Contas

Gabinete do Presidente

factor de disciplina; contribuir para o respeito das regras da concorrência; assegurar a defesa dos legítimos direitos e interesses dos contribuintes; combater activamente a fraude e a corrupção prevenindo-as e criando uma malha apertada que as desfavoreça; salvaguardar a equidade entre gerações; combater o mau uso do dinheiro e dos valores públicos, evitando o desperdício e incentivando a poupança e o investimento reprodutivo; favorecer a confiança cívica através do primado do rigor e das boas contas; e reduzir a despesa pública e o peso do Estado na economia como factores de racionalidade e de estabilização conjuntural.

Refira-se que, reflectindo já estas preocupações, o Tribunal de Contas de Portugal, nos últimos Pareceres sobre a Conta Geral do Estado, vem desenvolvendo uma acção de avaliação da “Envolvente Económica” que enquadra a execução orçamental, incidindo, em especial, sobre o comportamento das principais variáveis macroeconómicas, nacionais e internacionais, as condicionantes de ordem estrutural com maior impacto sobre as finanças públicas, e, bem assim, as políticas económicas e a ponderação das medidas



Tribunal de Contas

Gabinete do Presidente

extraordinárias adoptadas – de modo a salvaguardar a defesa do interesse público e a defender os contribuintes.

O Tribunal de Contas tem ainda desenvolvido auditorias sobre reformas nos sectores sociais e sobre a respectiva sustentabilidade e qualidade, e tem estado especialmente atento ao reforço da responsabilidade dos gestores e utilizadores de fundos públicos, de forma a assegurar mecanismos adequados de “*accountability*”, evidenciando a qualidade das práticas seguidas, fazendo o seguimento das suas recomendações, assegurando a penalização dos responsáveis pelo seu não acatamento injustificado e, ainda, procurando avaliar o impacto da sua acção na melhoria dos sistemas e na correcção de irregularidades financeiras.

Questões como estas estarão em debate nestes dois dias, durante os quais serão equacionadas as principais transformações que as preocupações de sustentabilidade financeira introduzem no universo e na matéria a auditar, as novas formas de prestação de contas e de responsabilização associadas a essas mudanças, as experiências já



Tribunal de Contas

Gabinete do Presidente

desenvolvidas pelas Instituições da EUROSAI e OLACEFS neste domínio e os desafios que devem ser respondidos no futuro.

Para o efeito, contamos com três sessões de trabalho, nas quais intervirão como oradores representantes das Instituições Superiores de Controlo das várias regiões. Na terceira sessão contaremos ainda com a visão exterior e especializada do Governador do Banco de Portugal, que proferirá uma conferência sobre a temática em causa.

A formulação, na quarta sessão, de Conclusões e Recomendações permitirá que, em resultado do aprofundamento das matérias, se estabeleçam bases mais consistentes para o desenvolvimento das actividades das nossas instituições.

Resta-me agradecer a presença das diversas delegações das Instituições Superiores de Controlo, em número muito apreciável, várias delas provenientes de países bastante distantes, desejando que estas sessões de trabalho sejam úteis e profícuas para todos.



Tribunal de Contas

Gabinete do Presidente

Agradeço também a presença, como convidado, do Presidente do Conselho Directivo das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Conselheiro Presidente Certório Biote, bem como do Senhor Secretário-Geral Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, que, em representação das várias ISC desta organização, podem contribuir e beneficiar neste diálogo entre diferentes experiências. Mais sublinho a importância da presença neste evento dos mais altos representantes da INTOSAI.

Uma palavra especial de reconhecimento a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República de Portugal que está presente nesta sessão de abertura das Jornadas. A sua presença confere maior relevo a este Encontro e simboliza, em particular, o diálogo que, em matéria de sustentabilidade financeira, é imprescindível estabelecer entre os Parlamentos e as Instituições de Controlo Financeiro. Afinal, se os parlamentos nacionais concedem o consentimento em nome dos contribuintes para que os Estados mobilizem as receitas e realizem as despesas, as Instituições Superiores de Controlo dão natural sequência a essa acção, concretizando o controlo, o acompanhamento e o



Tribunal de Contas

Gabinete do Presidente

apuramento de responsabilidades – em resposta à legitimidade dos cidadãos e à exigência dos contribuintes.

O trabalho que nos ocupará tem como meta poder reforçar a acção das nossas instituições num mundo global em que o progresso dos povos exige justiça e desenvolvimento – valores que só podem ser concretizados se o rigor for adoptado como rumo e se usarmos com cada vez mais escrupulo o dinheiro dos contribuintes de que os Estados são meros fieis depositários.

Mais responsabilidade, mais compromisso cívico, mais justiça e mais desenvolvimento, melhores contas públicas, eis o pano de fundo que nos anima e que permitirá nestes dias de trabalho o reforço da cooperação entre as nossas Instituições.